

## UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DAS POPULAÇÕES NATIVAS NA INVENÇÃO DO *BRASIL*.

Antonio Carlos de Souza Lima  
Departamento de Antropologia  
Museu Nacional/UF RJ.

### Publicado em:

Aracy Lopez da Silva; Luiz Donisetti Benzi Grupioni. (Org.). A QUESTÃO INDÍGENA NA SALA DE AULA. NOVOS SUBSÍDIOS PARA PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS. 1 ed. BRASÍLIA: MEC, 1995, v. , p. 407-419.

Há alguns anos não é mais novidade o quanto a imagem dos *índios*, populações nativas ao território que hoje definimos como brasileiro, tem sido construída de modo simplificador e estereotipado, tanto pela historiografia mais tradicional, quanto pelos livros didáticos que a reproduzem. Para os antropólogos, formados necessariamente ao nível de pós-graduação, este é um dos pontos primeiros de um estudo de Etnologia ou da realidade brasileira em geral.

Organizações não-governamentais (ONGs) como a Comissão Pró-Índio de São Paulo, grupos de estudo como o MARI/USP, dissertações de mestrado, matérias em jornais e boletins especializados etc, têm divulgado ao público mais amplo estas reflexões. Vieram a se juntar a livros como **Índios do Brasil**, de Julio Cesar Melatti, e outros, que têm feito o repasse deste tipo de informação, sobretudo aos professores de 1º e 2º graus interessados em se aprofundarem na matéria e fornecerem dados conseqüentes aos seus alunos.

Se a crítica antropológica é mais antiga e mais contundente, mais recentemente os historiadores, por seu lado, investiram um grande esforço em refletir acerca do modo como a historiografia tratou essas e outras populações *brasileiras*. Num trabalho árduo procuraram pensar, em suas associações, sobre o conhecimento adquirido na graduação

pelos futuros professores de ensino médio, o quanto os livros didáticos e grades curriculares têm contribuído para perpetuar um quadro de estereotipia inculcado desde o período colonial português.

Não quero retomar aqui o conjunto dessas pré-noções e seus conteúdos políticos, com os quais outros textos da coletânea dialogam, e sobre os quais existe alguma bibliografia. De modo geral, quero apenas dizer que um estudo histórico dessa construção imaginária está por ser feito e deveria ser enquadrado enquanto estudo do indigenismo<sup>1</sup>.

No entanto, se o presente livro está sendo publicado, é porque ainda há muito espaço a ser coberto, um universo de questões a ser desvendado. O encontro de antropólogos, historiadores, educadores pode nos ajudar, a todos, a dar passos mais eficazes no sentido de cumprir mais amplamente as tarefas que dão sentido à investigação científica.

Meu trabalho pessoal de pesquisa tem se produzido a partir da demonstração de uma lacuna específica: a referente a estudos relativos às relações entre estruturas de poder estatizadas - desde as ações da Coroa portuguesa e da Igreja Católica no período colonial, até as do Estado nacional brasileiro, com o Serviço de Proteção aos Índios e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - e populações indígenas<sup>2</sup>. Esta ausência de reflexão e conhecimento organizado não se acha sinalizada com clareza no tipo de literatura sobre os indígenas que está mais facilmente à disposição dos educadores. Pelo contrário, algumas versões consagradas pela repetição são sempre apresentadas como definitivas.

Penso que essa literatura não é a “responsável pela ignorância” acerca do assunto, mas só reproduz pré-conceitos em muito oriundos da trajetória (social, política e intelectual) das disciplinas Antropologia e História no nosso país. É preciso, pois, lidar com estes esquemas de geração de conhecimento, tentar entendê-los, para abrir

---

<sup>1</sup> Para a forma como penso este estudo veja-se a **apresentação** de LIMA, 1992.

<sup>2</sup>Veja LIMA, 1984; 1985; 1987; 1992.

caminho a conteúdos às vezes já disponíveis enquanto produtos de pesquisa mas que nunca chegam às classes de aula.

A idéia principal deste texto é que há estruturas cognitivas profunda e longamente inculcadas na maneira de pensar a história brasileira que orientam a percepção, e permitem a reprodução, de um certo universo imaginário em que os indígenas permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas e objeto de preconceito: nunca saem dos primeiros capítulos dos livros didáticos; são, vaga e genericamente, referidos como **um dos componentes do povo** e da **nacionalidade** brasileiros, algumas vezes tidos como vítimas de uma terrível “injustiça histórica”, *os verdadeiros senhores da terra*. Não surgem enquanto atores históricos concretos, dotados de trajeto próprio, participantes de guerras pelo controle de espaços geográficos específicos, inimigos, mas também muitas vezes aliados, beneficiários e instrumentos dos conquistadores, presentes até hoje em tudo o que se passa em muitas regiões do Brasil. Incapazes de se reelaborarem, eternos portadores de alguns mesmos “traços” que dariam a especificidade do Brasil, nele se diluiriam logo após a chegada do colonizador.

Na tentativa de contribuir para reverter estas noções, as referências bibliográficas citadas procuram fornecer ao leitor um outro quadro de reflexão, outros instrumentos para que possam elaborar conhecimentos gerais e específicos num quadro coerente (como se faz na preparação de uma aula). São textos, na sua maioria, acessíveis ao público em geral, quer pela consulta em bibliotecas, quer pela compra em livrarias. Seus conteúdos, como tentarei integrá-los aqui, são fundamentos importantes na crítica e reelaboração do modo pelo qual a historiografia reificou enquanto modelar uma certa visão da trajetória das sociedades mediterrâneas desde o neolítico. Tornou-a **típica**, inexorável, fornecedora de parâmetros para qualquer explicação de especificidades históricas, permitindo sua transposição mecânica (mesmo quando em aparência

criticada) para sociedades surgidas da conquista europeia sobre outros povos e partes do globo, em especial das Américas.

No caso brasileiro, a ideologia da mistura racial e do amálgama institucional tem obscurecido o fato essencialmente político, capaz de estruturar novas relações sociais, da(s) conquista(s) portuguesa(s) sobre os povos nativos à América. Desta afirmação deve-se reter que: 1) **conquista** enquanto noção é uma modalidade de guerra, em que domínio sobre populações reduzidas pela força militar, suas terras, seus recursos naturais são apropriados num processo no qual a aliança com parte das populações habitantes dos espaços a serem incorporados, e todo um aparato que hoje chamaríamos de “meios de comunicação”, têm tanta ou mais importância que a violência física; 2) conquista não é somente guerra e destruição (violência aberta, portanto); mas implica em produção de novas relações/identidades sociais<sup>3</sup>, **isto é também se apresenta como violência simbólica**; 3) no caso dos povos presentes na porção do continente invadida pelos portugueses, que desembocaria no *Brasil*, devemos falar no plural - em conquistas -, pois, ao contrário do México ou do Peru, onde os espanhóis lutaram contra estruturas de poder com um modo de centralização similar a algumas existentes no passado mediterrâneo, seus dispositivos políticos eram em sua maioria muito distintos.

Só nos últimos dez anos a pesquisa iniciou a recuperação de informações vitais para uma explicação histórica em que os jogos de forças, as guerras, os acordos, os signos etc, tivessem lugar. Sem se constituírem em uma nova tipologia mecanicamente aplicada, estes dados talvez possam restituir a carne e o sangue não só dos fatos do passado, mas também o sentido de orientação às lutas sociais que a investigação sócio-histórica tem pelo seu caráter de destruição e entendimento de “mitologias”, perdida que está num certo colecionismo de curiosidades, predominante em muito do produzido pelas disciplinas sociais. Ultrapassar determinismos *a priori* é essencial para dar vez ao

---

<sup>3</sup> Veja OLIVEIRA F<sup>o</sup>, 1988, para uma visão do contato interétnico enquanto fator de criação social, e não só de catástrofe.

papel de desvendamento que o discurso sociológico pode ter; perceber as condições de produção anteriores de certas realidades sociais, muitas vezes esquecidas nas práticas do presente, é um modo de ação transformadora essencial, e assumir tal postura é estar engajado para além de lutas partidárias ou conjunturas específicas: é semear uma certa “descrença metódica” entre os alunos, fazendo-os sentir que nada é como já foi, que nem tudo caminhou para o mundo de agora e que, conseqüentemente, o futuro está literalmente em nossa capacidade de produzi-lo.

Se esta é uma postura política e metodológica capaz de suscitar a vontade de agir, de tentar e, ainda que a custo de uma pesada frustração, intervir na realidade social que integramos, é preciso ter claro a extensão e o embricamento dessa visão determinista, responsável pelo alijamento da ação humana nos títulos e tópicos mais simples que organizam nossa formação primária. Afinal, o diz-se que Brasil foi *descoberto* e não *conquistado*: nesta ótica transpõe-se um movimento face à natureza (a descoberta) para um processo social (a conquista), retirando-se (e reiterando-se) um fator decisivo que torna um totalmente diferente do outro, isto é a **violência física e simbólica**.<sup>4</sup>

Este tipo de abordagem tem seu alicerce numa certa matriz de percepção do domínio do econômico que foi adjetivada, em Antropologia, de formalista<sup>5</sup>. Aliada à visão evolucionista unilinear a qual, por mais criticada que tenha sido, impregna profundamente o ensino básico, e combinada aos valores liberais-burgueses europeus, acaba por compor um conjunto de parâmetros ao pensamento que merece uma melhor atenção.

De meu ponto de vista, tais parâmetros compõem-se em estruturas definidoras dos quadros intelectuais de invenção de temas de pesquisa e de apropriação de conhecimentos inovadores. Estão para além dos fatos imediatos da não-absorção de informações mais recentes, geradas pela pesquisa histórico-antropológica contemporânea, por parte dos livros didáticos, dos *curricula*, dos cursos de formação de

---

<sup>4</sup> Veja TODOROV, 1988.

<sup>5</sup> Para a diferença entre análises formalistas e substantivistas em Antropologia, veja GARCIA JR., 1984.

professores, do desestímulo ao exercício da pesquisa pelos docentes de 1º e 2º graus, realidades que se agravam com os baixos salários, a crise do sistema de ensino etc. Se todos estes elementos têm parcela de responsabilidade em sua permanência, não são seus determinantes.

Creio que elas estão relacionadas com certos valores específicos e básicos que foram “escolhidos” enquanto signos de uma nacionalidade que, como todas, é fruto de processos historicamente apreensíveis de **invenção**<sup>6</sup>: o *Brasil* é concebido enquanto uma **unidade social homogênea** cuja trajetória começa em 1500, tem um passo decisivo na independência política de Portugal<sup>7</sup>, e estaria concluída, no plano social, desde os alvares do século XX. Isto é, sem dúvida, ilusório: se pararmos de ler o passado político brasileiro como naturalmente redundando em **um Estado** ligado a **uma nação** integrada; se pensarmos a fundo que o **hoje** é realidade em curso, que tudo é **processo**, é **luta** e **dever**, talvez assim seja possível restituir dois dados sem o que a presença indígena continuará despercebida, sombras de um remoto passado edênico do qual seríamos caudatários, segundo a supra-citada ideologia da **mistura racial**<sup>8</sup> com a qual insistimos em nos explicar. Afinal, todo dia **era** dia de índio, não é?

#### **ESTADO, NAÇÃO E OS ÍNDIOS.**

O **primeiro dado** diz respeito ao caráter de modelo que a **forma histórica Estado nacional** tem assumido em todas as áreas de investigação das Ciências Sociais. A crítica à construção da história da humanidade imbuída do ideário político liberal-burguês tem apontado para os danos da aplicação impensada da fórmula **um Estado = uma nação**.

---

<sup>6</sup> Veja HOBBSBAWN' & RANGER, 1984 e ANDERSON, 1989.

<sup>7</sup> É interessante notar que tais pontos, mesmo que muito criticados por professores mais conscientes, são **paradas obrigatórias** no ensino de História. Sem nenhum desprezo pelas grandes datas da historiografia oficial que produziu uma idéia de Estado nacional, quero sinalizar que, como no trajeto de um trem de metrô, as “paradas” sendo previsíveis, o destino é sempre e inexoravelmente **um só**: o mapa político-social do Brasil seria o de um todo do qual diferenças culturais - logo trajetos históricos distintos - estariam afastadas desde o final do período que se estende da regência até as primeiras décadas deste século. Toda a heterogeneidade existente e presente até hoje, dos indígenas aos imigrantes, base de uma possível sociedade plural, é apagada da consciência que adquirimos e transmitimos: o *Brasil* redundava de uma espécie de “milagre” ou de de vocação inata das “três raças” que, se “misturando”, nos dão origem.

<sup>8</sup> Veja-se RAMOS, 1994.

Podemos vê-la em autores tão diferentes como o sociólogo alemão Norbert Elias, o antropólogo Clifford Geertz ou o cientista político Norberto Bobbio<sup>9</sup>.

De Elias podemos retirar a idéia, muito frutífera para o caso brasileiro, de que deve-se pensar separadamente em **processos de formação do Estado**, por um lado, e de **construção da nação**, por outro. Isto significa perceber a existência de um grau de heterogeneidade para muito além da “fusão de raças”<sup>10</sup>. Admiti-lo implica por de lado uma “data” e um “fato” fundadores da nacionalidade, considerando-se que processos como estes são formas de integração de redes sociais (e de seus valores, signos, símbolos etc) muito distintas entre si, processos até hoje em curso e que **podem não redundar em Estados (mono)nacionais**: o recrudescimento das diferenças nacionais (ou étnicas, se quisermos) no leste europeu, ou no mundo em geral, demonstram ser a reflexão acerca da etnicidade, para além das ideologias universalistas, um elemento indispensável no entendimento da contemporaneidade. Afinal, porque estaríamos ouvindo hoje rumores separatistas no Sul do país, se todos os conflitos entre “centralização” e “descentralização” estivessem de fato encerrados com o período regencial? Muito do que moralmente se reprova na política brasileira (o clientelismo, a patronagem, a interveniência de relações de amizade e de parentesco no domínio da coisa pública, as práticas corruptas etc) está inscrito na lógica de manter íntegro um território cuja definição jurídica no plano internacional se deu antes de sua ocupação social e administrativa. Negociam-se valores, articulam-se redes sociais com bases econômicas e culturais tão diferenciadas (e conflitivas) quanto o empresariado paulista e os clãs políticos do Nordeste, como se existisse uma homogeneidade de interesses e costumes que se formaria por serem frações da classe dominante pelo desejo de reproduzir certos privilégios. O “grande negócio” que tem sido o Brasil continua rendendo lucros para

---

<sup>9</sup> Veja ELIAS, 1972; GEERTZ, 1991; e BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 1992.

<sup>10</sup> Preste atenção nos livros didáticos: é pouco reconhecida a dimensão cultural e histórica dos diversos povos componentes do *Brasil*. Ela fica perdida em uma visão raciológica que, mesmo quando criticada, continua orientando os esquemas expositivos. A diferença étnica é reduzida a “traços culturais” de “subgrupos” dos “negros”, perdendo-se o caráter sistêmico e mutável das tradições culturais, de escolha conjuntural de

alguns, em detrimento de populações como as indígenas<sup>11</sup> auto-concebidas como no cruzamento entre suas histórias e cosmologias próprias e aquelas oficializadas como do Estado nacional brasileiro.

O texto de Geertz<sup>12</sup> nos remete para a necessidade de se pensar aspectos fundamentais quanto à questão indígena, sobretudo por demonstrar a inseparabilidade entre ação política e ação simbólica. Se nas sociedades ditas complexas a dimensão ritual do poder não tem expressão similar à nas sociedades chamadas simples, o exercício da atividade política contemporânea não prescinde de instrumentos desta ordem, também guardando áreas míticas e sacralizadas. Temos nos modernos meios de comunicação de massa (do jornal às redes cibernéticas, passando pelo cinema e pela televisão), nas pesquisas de informação que acompanham processos eleitorais e decisórios de amplo porte (constituintes, revisões constitucionais, plebiscitos etc) elementos imprescindíveis da ação política. É necessário destacar que os *índios*, enquanto imagem idealizada pelo grande público, são presença quase que permanente na *media* desde o início deste século, em associação freqüente com as notícias grandiosas de empreendimentos de ocupação territorial, numa espécie de elogio a um “bandeirantismo” sempre revivido.

Com estas observações quero destacar o papel moderno da *media* na (re)invenção permanente de tradições nacionais, além de enfatizar o quanto a imagem do *índio* é objeto de preocupação bastante forte por parte dos poderes públicos, ao ponto de

---

marcadores da diferença. Para alguns elementos importantes quanto a uma visão não-culturalista e museológica calcada em “traços”, veja SEYFERTH, 1984.

<sup>11</sup> Não apenas elas. Muitos grupos dotados de tradições independentes tem sido valorizados pela pesquisa mais recente (remanescentes de quilombos, populações imigrantes, habitantes de regiões fronteiriças etc) permitindo notar que esta história escrita enquanto oficial é capaz de dar conta de alguns fenômenos na trajetória do Brasil, mas deixa de lado contingentes importantes dos habitantes do país, cujas diferentes caminhos e tradições nos deixam entrever numerosas trilhas passadas, hoje aparentemente apagadas. A consequência prática é que, rumos em aparência surpreendentes (como os da antiga Jugoslávia, ou o das “populações faveladas” do Rio de Janeiro) tornam-se mais claros, mostram-se inscritos em linhas de desenvolvimento que se quiz apagar mas foi impossível.

<sup>12</sup> Trata-se do já citado estudo sobre o Estado na Ilha de Bali (GEERTZ, 1991), no qual o autor destaca o *bias* imputado pela associação **1 Estado= 1 nação** na análise de sociedades não ocidentais, ou de outros períodos históricos do dito Ocidente. Geertz dá uma ênfase especial a um aspecto que na teoria política liberal burguesa foi extirpado da idéia de Estado nacional: a dimensão cerimonial do poder de Estado, os domínios mágicos da realeza, os vínculos clientelísticos em sua efetivação, os quais creio serem essenciais ao



motivarem a produção de livros<sup>13</sup>. Afinal, destruir as suas populações nativas parece ser uma das melhores provas apresentadas para o mundo “civilizado” (os norte-americanos e europeus) do “barbarismo” brasileiro. O cidadão comum, porém, oscila com frequência entre a constatação da iniquidade e da violência física que caracterizam o Brasil e a pergunta desconfiada quanto a se este “passado” nativo não é nosso principal obstáculo face ao futuro (junto com a “herança lusitana”, é claro).

A forma como esta dúvida (completamente a-histórica de resto, e fundada na nossa intensa ignorância quanto à colonização das Américas), contida em muito do veiculado pela imprensa, é a pergunta: “mas não é muita terra para pouco índio?” Ela pode ser desdobrada em outras: “não se atrasará o *desenvolvimento* e a *integração nacional* com a concessão (sic) de terras maiores do que os territórios de países europeus? Não estaremos agindo erradamente, descumprindo nossa missão de levar os nativos a evoluir? Muitos deles já não deixaram de ser índios, sendo uma espécie de espertalhões rurais (sic) querendo se beneficiar de uma lei absurda e ultrapassada?”

Se outros artigos deste livro tratam de muitos aspectos dessas questões, cabe a mim ressaltar que os ideólogos mais recentes dessa visão do Brasil enquanto um todo único a se manter articulado a ferro e fogo são sem dúvidas os militares que passaram pela Escola Superior de Guerra e ocuparam certos postos durante a ditadura militar mais recente. Todavia é certo que estas idéias remontam ao passado colonial lusitano. De fato, a relação hectare/índio é uma invenção dos militares do ex-Conselho de Segurança

---

entendimento do exercício da política em nosso país. Afinal o desejo de uma salvação mágica de todos os imensos problemas que nos assolam não parecem ter se extinguido com a eleição/*impeachment* de Collor.

<sup>13</sup>Sobre o papel da imprensa no surgimento de Estados nacionais a partir de ex-colônias européias veja-se ANDERSON, 1989. Para o enorme poder da *media* na vida política brasileira, através da análise do caso Collor, veja LATTMAN-WELTMAN; CARNEIRO & RAMOS, 1994. BELTRÃO, 1980 e FARIA, 1981 são exemplos do quanto a imagem dos povos nativos é parte dos instrumentos de governar: tratam-se de livros produzidos ao longo de um período de ditadura militar, por quadros internos da FUNAI, especialmente voltados para o controle da informação. Trata-se de um bom alerta às virtualidades de uma recomendação que freqüentemente cabe ao professor do ensino médio fazer: ler revistas e jornais. Sempre válida, a idéia deve ser relativizada, instruindo-se o jovem leitor no sentido de notar que os veículos da *media*, e não só a Rede Globo, são também - e sobretudo - atores políticos.

Nacional e só a muito custo foi contida como orientadora dos ditames constitucionais em 1988<sup>14</sup>.

A presença indígena, sobretudo nas faixas de fronteira internacional, tem sido um espantinho invocado por certos setores das Forças Armadas e do Itamarati contra a definição de terras para populações nativas, historicamente empurradas para os confins do país. O argumento é que se estará lançando bases para a formação de futuros Estados independentes do brasileiro, para o separatismo e a fragmentação de nosso “gigante em berço esplêndido”; que isto é projeto de uma conspiração internacional articulando ONGs (em especial as ambientalistas), exploradores de minérios, Igrejas, os antropólogos e algumas lideranças indígenas. Não se trata de ser ingênuo e desconhecer que o papel das Forças Armadas na criação de Estados nacionais foi determinante, e que em qualquer lugar do mundo a guarda de fronteiras é atribuição militar. Destaque-se ainda serem as fronteiras amazônicas no Brasil hoje assediadas pelas redes de tráfico de drogas, estas sim Estados dentro de Estados, capazes de motivar interesses imperialistas em seu combate, face à ausência de investimento brasileiro. Tampouco é o caso de não vermos o quanto a pesquisa em engenharia genética tem se travestido, para melhor expropriar, em ambientalismo; nem de desconhecer que em muitas das Igrejas atuantes na região amazônica (as missões evangélicas, e não a católica como se tem usado acusar) parecem haver embutidos interesses de prospecção mineral; nem de desconhecer que, em outras eras, antropólogos já fizeram espionagem <sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup>Sobre os militares no Brasil, embora exista uma vasta literatura, creio que pouco foi escrito no tocante à sua participação enquanto construtores do território brasileiro, ideólogos e implementadores de um processos de construção da nacionalidade - parte essencial dos dispositivos de formação de Estado - ou enquanto organização(ões) dotada(s) de valores singulares. São lacunas a serem preenchidas pela pesquisa futura. Alguma coisa está sinalizada em LIMA, 1990, para períodos mais recentes. FARAGE, 1991, PERRONE-MOISÉS, 1992 e CUNHA, 1992 mostram elementos para os períodos colonial e imperial. Sobre as *terras indígenas* na Constituinte de 1988, veja OLIVEIRA Fº, 1988, além do texto deste mesmo autor na presente coletânea. Veja-se também CEDI, 1991, para uma recuperação de todo o processo da Constituinte e dos anos de 1987 a 1990.

<sup>15</sup>OLIVEIRA Fº, 1990 apresenta a idéia do chamado Projeto Calha Norte, proposta militar de intervenção na região norte da calha do Solimões/Amazonas; e BECKER, 1990 faz uma exposição acessível e estimulante de aspectos geopolíticos da Amazônia brasileira.

Mas daí a imaginarmos que os nativos têm de, em troca da “proteção estatal”, guardar os limites internacionais brasileiros, que devem ser militarmente preparados para isto, devendo esquecer que são histórica e culturalmente distintos da organização administrativa que aglutina estes limites num território único; daí a esquecermos que a Antropologia é o saber legítimo que o mundo europeu em sua expansão gerou como discurso/contra-discurso sobre a diferença social e cultural, hoje pugnando pela sua defesa; a pormos de lado que a Igreja Católica foi por tempos o único baluarte a se opor às ditaduras latino-americanas dos anos 70 e 80, que permitiu o início de processos de movimentação indígena de visibilidade nacional (até por ter sido o “braço” administrativo-simbólico da colonização europeia por séculos), e transformar tais fatos em elementos de uma explicação persecutória, aí sim vai um longo trajeto.

Neste trilha de “esquecimentos” os defensores de tais posições dão claras mostras de: 1) desconhecerem que Estado e nação não se confundem necessária e infalivelmente; 2) operarem sobre o mais ignorante (menos generoso e menos ético) registro do senso comum, imagens inculcadas desde a colonização as quais, oscilando da representação dos índios quer como atozes (os inimigos), quer enquanto pobrezinhos necessitados de guias para adentrarem a “civilização”. Traduzindo, são seres temporários e despreparados, necessitados da tutela protetora dos aparelhos de Estado<sup>16</sup>.

Aqui devem ser ressaltadas **duas idéias** fundamentais à adequada transmissão da complexidade das relações entre povos nativos e estruturas estatizadas de poder, singularmente presentes também neste modo militar de ver a situação indígena. **A primeira** é a visão de Estado que domina os livros didáticos e muito do linguajar de classe de aula - das faculdades inclusive -, a qual tende a considerá-lo enquanto entidade quase material, sem conflitos, confundindo-se com a sua dimensão burocratizada, e com seu exercício de governo, e não enquanto relação social. **O Estado** (parente de **A Igreja**,

---

<sup>16</sup>O extremo oposto tem sido a defesa romântica dos nativos, na qual a ignorância, o juízo de valor, ainda que positivos e a favor dos índios, são igualmente comuns e nefastos por lidarem com imagens estereotipadas que em nada conferem com a realidade indígena. A miúde tal combinação acaba por supor que o

*O partido, os trabalhadores* etc) passa a ser uma espécie de sujeito único, bom ou mau seja ele considerado: *o Estado* é o tutor legal dos índios, e nada mais se questiona. Se isto é verdade do ponto de vista jurídico (conjunto de automatismos intelectuais que ainda impregna muito do pensamento sociológico), em termos sociais isto não diz nada, não nos permite perceber as distintas redes sociais que, em disputa, ocupam, simultânea ou alternadamente, os aparelhos de governo, nem tampouco as práticas cotidianas de exercício de poder, as quais se perpetuam, por vezes, quando os melhores atores possíveis passam a ocupar as máquinas do Estado.

A *segunda* relaciona-se à necessidade, muitas vezes penosa, de nos despirmos de certas vaidades tão próprias à intelectualidade: é comum que a história das relações entre índios e aparelhos de governo seja confundida com a história das propostas de ação estatal na esfera indigenista. Esta, limitada em parte à dimensão imaginária, é muitas vezes representada como um debate de proporções amplificadas pela ótica do analista, que coloca os “intelectuais” (termo que designa realidades bem distintas ao longo do tempo) como os seus principais atores. Sendo um pouco irônico, posso dizer que por palavras e atos de discurso os índios seriam salvos e decisões políticas que passam por um amplo conjunto de relações e interesses seriam tomadas. Ora, de planos grandiosos, elaborados por figuras elegantes a história oficial do Brasil está cheia, isto nada mais sendo que o modo positivista de se escrever a história sempre voltando à tona<sup>17</sup>. É interessante notar que, nesta visão, tanto para os “intelectuais” quanto para os “militares”, são os mesmos os atores principais e as vias de controle sobre esta questão social envolvendo espaço e populações.

Se ultrapassarmos estes pontos e não cairmos na lógica tão facilmente introjetável da defesa da *soberania nacional*; se conseguirmos passar ao cidadão futuro o ideal de um país (unidade jurídico-administrativa) a ser reconhecido como o todo social heterogêneo

---

descompasso esteja menos nos erros de avaliação do “defensor” e mais numa degradação, contaminação ou na aculturação com o branco.

<sup>17</sup>Para alguns aspectos da atividade específica dos positivistas ortodoxos na construção do imaginário político brasileiro, veja AZZI, 1980 e CARVALHO, 1990.

que é, mas que venha a se manter articulado por relações de solidariedade democraticamente construídas, e não por mais um projeto autoritariamente imposto de nação; talvez assim seja possível construir realmente uma federação e possa se provar que, na rota da formação de mega-blocos há que se enfatizar o direito às diferenças caso se queira evitar graves conflitos.

#### CONDICIONANTES ANTROPOLÓGICOS DE NOVAS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS ÍNDIOS.

O **segundo** dado que se deve restituir, para mudarmos os nortes de nossa percepção das relações entre estruturas estatais e povos indígenas, diz respeito ao próprio modo como a Antropologia percebeu por muitas décadas as populações não-ocidentais, sobretudo as nativas às Américas, maneira que impregnou também a produção historiográfica.

Relacionada em seu nascimento institucional à visão evolucionista unilinear dos povos não-europeus enquanto momentos distintos da trajetória da humanidade no Mediterrâneo, ligada aos museus de história natural e ao colecionismo de artefatos nativos enquanto modo de preservação dessas “reliquias”, a Antropologia logo evoluiu para uma percepção sistêmica das sociedades indígenas<sup>18</sup>. Esta mudança, uma guinada importantíssima no sentido de se entender a diferença e a singularidade de formas distintas de existência social humana ao longo do espaço e do tempo, teria repercussões fundamentais para os nossos problemas.

Com uma certa licença da palavra, jogou-se fora não só a água e a criança mas também a bacia. Quero dizer que com a crítica do evolucionismo **pôs-se de lado a idéia de evolução**, tipo de processo de mudança existente em geral, que nos autoriza a pensar em fenômenos da ordem da sociogênese<sup>19</sup>. A partir do fato da(s) conquista(s) (quando

---

<sup>18</sup>Algumas idéias - bastante incipientes - sobre a trajetória da disciplina podem ser achadas em POIRIER, 1981 e em DA MATTA, 1981.

<sup>19</sup>Creio que o raciocínio seja válido também para a idéia de **difusão** dirigida também à explicação da mudança social: com a crítica das interpretações difusionistas deixaram-se de lado os fenômenos de difusão,

quer que elas tenham acontecido para os distintos povos indígenas envolvidos) a gênese de formas sociais nativas só pode ser logicamente concebida como em relação às formas do(s) conquistador(es), sobretudo às suas estruturas de poder. Esta complexa e assimétrica interação de grupos sociais, seus valores, costumes, modos de pensar e agir, produzem novas realidades sociais marcadas por maneiras de hierarquizar e construir o entendimento da realidade que nada têm de “mestiço”, pois os fenômenos de ordem política são neles determinantes: se são novos não quer dizer que não haja um predomínio do mundo do conquistador, ainda que muitas vezes de maneira sutil e negociada, nem tampouco significa que se tenha total submissão das populações conquistadas. Muitas vezes o mesmo fato tem compreensões absolutamente distintas por parte dos agentes de governo, por parte de populações não-indígenas delas próximas espacialmente, ou por parte dos povos nativos envolvidos. Reduzi-los uns aos outros é esquecer que a dominação é um fenômeno complexo onde se entrelaçam as relações de poder do conquistador sobre os nativos e as estratégias de luta por eles atualizadas contra seus opressores, de maneira muitas vezes inusitada e de difícil aceitação quando somos treinados com um tipo de lógica mais linear e previsível.

Este tipo de raciocínio, que nos abre portas novas de interpretação para nossa vida cotidiana, só é possível se deixarmos de recusar as historicidades indígenas, de ver que, conquanto percebendo e vivendo mudanças de modo diferenciado dos povos europeus que aqui aportaram, as populações nativas nunca estiveram paradas, estagnadas num tempo lendário intocável<sup>20</sup>.

---

hoje retomados muitas vezes sob o signo dos estudos dos meios de comunicação. De forma mais geral, sobre os problemas da Antropologia no estudo do contato interétnico, veja OLIVEIRA F<sup>o</sup>, 1988, capítulo 1.

<sup>20</sup>Textos como os de Góes Neves neste volume nos apresentam a um universo de possibilidades sequer considerado no rol do que aprendemos do primário à graduação. São informações importantes para estimular o desejo de um conhecimento mais amplo e também um desejo de futuro diferente: afinal modos absolutamente distintos dos europeus existiram, o que no mínimo mostra a amplitude da experiência humana.

Juntando-se estes fragmentos de idéias com as apresentadas sobre a relação “Estado”/”índios” talvez possamos vislumbrar e integrar de maneira mais completa certos aspectos da história brasileira que têm passado pouco percebidos. Quero dizer explicitamente o quanto as trajetórias das populações nativas, apesar de pouco numerosas hoje e de relevantes em si mesmas, são importantíssimas para o entendimento de processos como a sociogênese dos aparelhos de poder de Estado em nosso país, ou para o adequado entendimento de “histórias locais”. Quanto a este último ponto, deve-se destacar que temos ensinado/aprendido uma história e uma geografia pouco sensíveis aos fenômenos acontecidos simultaneamente em múltiplas escalas e múltiplos tempos, reificando o plano “nacional” (e nação neste caso são os grupos representados no governo) e a cronologia do Estado nação.

Objetivando: as forças presentes em uma dada região do chamado *Brasil* (a fronteira com a Colômbia no início do século, por exemplo) não são clones miniaturizados de outras em ação na capital da República, formadoras das redes de poder no governo; o mercado nacional de um produto (a borracha) pode ter pouquíssima relevância para explicar flutuações nos sistemas de trabalho locais, mas o mercado londrino poderia ter muita; os acontecimentos políticos da República podem não afetar em nada as redes de poder locais, mas um movimento messiânico indígena pode determinar significativas alterações. Ora, recuperar histórias próprias, localizadas, que não se reduzam ou repliquem os fatos de uma linha geral que no fundo só explica as montagens da administração pública brasileira é um expediente fundamental na luta por identidades próprias, processo muitas vezes entendido erradamente como o caminho do “separatismo”. No fundo é a condição primeira para a adequada busca de soluções próprias para problemas singulares: afinal, não se pode entender o interior do Acre com critérios válidos somente para Curitiba.

Considerando-se tais pontos, e vendo-se que a narração de uma história nacional só se tem feito às custas de supressões, que uma história mais próxima da trajetória das populações indígenas e de suas historicidades está ainda sendo feita, deve-se constatar

que há um longo caminho a ser seguido antes de podermos ministrar conteúdos acerca do que chamamos *política indigenista*. Por isto optei neste texto não por apresentar minha interpretação das formas de ação do Estado republicano no Brasil frente aos índios, o que estudei ao longo dos últimos 13 anos. Mas sim por destacar os empedimentos imbricados na formação de terceiro grau os quais acabam sendo repassados para o ensino médio e primário.

Sabendo-se também que não será um mero somatório de histórias locais que dará uma história nacional, logo que será necessário rever em profundidade a visão de Brasil (Estado mono-nacional ou plural?) que temos e que queremos, o possível no momento ao professor de 1º e 2º graus, ao se informar, é fazer uma espécie de auto-análise de sua formação e preconceitos, ultrapassando os limites de sua própria formação graduada. Este primeiro passo, aliado à leitura de algum do material citado neste e em outros textos deste volume abrirá mais caminho ao que me parece a maneira legítima de hoje ensinar conteúdos sociais sobre o Brasil (mesmo que saibamos que existem os *curricula* mínimos, o vestibular etc): gerar a inquietação por um saber menos totalizante em sua aparência e mais libertário em seus efeitos do que o encimado pelo Estado nacional, permitir o crescimento do desejo da diferença e a descrença nas verdades oficiais, conquanto sabendo-se que temos de lidar com elas, produzir elementos para consciências questionadoras. Com isto, tenho certeza, a médio prazo a história, a geografia e a sociologia do 1º e 2º graus estarão cheias de vozes nativas, e o estudo das relações entre indígenas e conquistadores não será periférico mas sim central para entendermos o que eles e nós somos hoje.

#### BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. 1989 - **Nação e consciência nacional**. São Paulo, Ática.



AZZI, Riolando. 1980 - **A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro**. São Paulo, Ed. Loyola.

BECKER, Berta K. 1990 - **Amazônia**. São Paulo, Ática.

BELTRÃO, Luiz. 1980 - **O índio na imprensa brasileira**. Petrópolis, Vozes.

BOBBIO; Norberto; MATTEUCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. 1992 - **Dicionário de Política**. 4ª ed., Brasília, Edunb.

CARVALHO, José Murilo de. 1990 - **A formação das almas**. São Paulo, Companhia das Letras.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. 1991 - **Povos Indígenas no Brasil 87/88/89/90**. São Paulo, CEDI.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 1992 - "Política indigenista do século XIX." In: \_\_\_\_\_. **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras.

DA MATTA, Roberto A. 1981 - **Relativizando**. Uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis, Vozes.

ELIAS, Norbert. 1972 - "Processos de formação do Estado e de construção da nação". Trad. Kenzo Paganelli. INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. **Transactions of the seventh World Congress of Sociology**. Genebra, International Sociological Association.

FARAGE, Nádia. 1991 - **As muralhas dos sertões**. São Paulo, Paz & Terra/ANPOCS.

FARIA, Gustavo de. 1981 - **A verdade sobre o índio**. Rio de Janeiro, s/ed.

GARCIA JR., Afrânio Raul. 1984 - "Antropologia econômica" In: SILVA, Benedito, org.. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, FGV/MEC.

GEERTZ, Clifford. 1991 - **Negara**. O Estado teatro no século XIX. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand/DIFEL.

HOBSBAWN, Eric J. & Ranger, Terence. 1984 - **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz & Terra.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias & RAMOS, Plínio de Abreu. 1994 - **A imprensa faz e desfaz um presidente**. O papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1984 - “FUNAI”. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro, FGV.

1985 - “Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu Estado de formação.” Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, MN/PPGAS.

1987 - “Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade”. In: OLIVEIRA Fº, João Pacheco de, org. *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora da UFRJ/Marco Zero.

1990 - “Indigenismo e geopolítica no Brasil” **Antropologia & Indigenismo, 1**.

1992 - “*Um grande cerco de paz*: poder tutelar e indianidade no Brasil.” Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPGAS/MN. (no prelo pela Editora Vozes).

OLIVEIRA Fº, João Pacheco de. 1988 - **O “nosso governo”**: os Ticuna e o regime tutelar. Brasília/São Paulo, CNPq/Marco Zero.

1990 - “Segurança das fronteiras e o novo indigenismo” **Antropologia & Indigenismo, 1**.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 1992 - “Índios livres e índios escravos”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da, ed. **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras.

POIRIER, Jean. 1981 - *História da etnologia*. São paulo, Cultrix.

RAMOS, Jair de Souza. “O ponto da mistura”. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS/MN.

SEYFERTH, Giralda. 1984 - “Etnicidade”; “grupos étnicos”; “minorias”. In: SILVA, Benedito, org. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, FGV/MEC.

TODOROV, Tzvetan. 1988 - **A conquista da América**. A questão do Outro. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes.

